

## NORDESTE DE GOIÁS: CERRADO, MISTICISMO E TRADIÇÃO COMO VALORES DE MERCADO

[jurema.campos@embrapa.br](mailto:jurema.campos@embrapa.br)

*Apresentação Oral-Agropecuária, Meio-Ambiente, e Desenvolvimento Sustentável*  
JUREMA IARA CAMPOS<sup>1</sup>; ANA LUCIA EDUARDO FARAH VALENTE<sup>2</sup>.

1. EMBRAPA, BRASÍLIA - DF - BRASIL; 2. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA - DF - BRASIL.

**Nordeste de Goiás: cerrado, misticismo e tradição como valores de mercado.**

### APRESENTAÇÃO ORAL

Agropecuária, meio ambiente e desenvolvimento sustentável

#### RESUMO

Detentora de uma paisagem exuberante e de grande riqueza natural, a região nordeste do estado de Goiás passa, há alguns anos, pelo título de *corredor da miséria*, necessitando da intervenção do Estado na busca de reverter o quadro de necessidade por que passa seus habitantes. O desenvolvimento de atividades econômicas que visem a sustentabilidade das famílias habitantes da região é o tema desse trabalho. Ele analisa a comunidade quilombola kalunga, existente entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás e os produtores familiares habitantes de duas regiões do município de Alto Paraíso de Goiás. O desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo iniciou-se na região a partir da década de 1960, com a inauguração de Brasília e a abertura do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Porém, essa atividade não conseguiu alavancar a economia regional, devido, principalmente, aos problemas sanitários ocorridos nos anos 2000 e 2005. A extração dos produtos nativos do cerrado e sua elaboração a partir das práticas tradicionais por meio dos habitantes da região passou, então, a ser objeto de valor, especialmente para turistas que visitam a região. Mas também torna-se a única opção para os habitantes que vivem em áreas de preservação permanente, cuja produção agropecuária é impedida por lei. As atividades desenvolvidas pela comunidade kalunga bem como aquelas exploradas por habitantes das regiões do Moinho e da Cidade da Fraternidade, no município de Alto Paraíso, demonstram que a riqueza do cerrado, juntamente com o olhar místico e esotérico e o conhecimento tradicional negro dos habitantes da região são os ingredientes para a busca de valor ao produto da região. Para isso é preciso que haja o *desvelamento* do valor dos produtos resultantes dessas atividades, conferindo, com isso, aos agricultores familiares, o diferencial em relação aos produtos fornecidos pelos produtores empresariais.

**Palavras chave:** agricultura familiar, abordagem territorial, cerrado brasileiro, tradição.

## **ABSTRACT**

Holds a lush landscape and natural wealth, the region northeast of the state of Goiás is a few years ago, by way of a "corridor of poverty", requiring state intervention in the quest to reverse the picture of need that is its people. The development of economic activities aimed at sustainability of families living in the region is the theme of this work. He examines the community Quilombola Kalunga, between the municipalities Cavalcante, Monte Alegre and Teresina de Goiás and producers family living in two regions of the municipality of Alto Paraíso de Goiás The development of tourism-related activities initiated in the region from of the 1960s, with the inauguration of Brasília and the opening of the National Park of Chapada dos Veadeiros. However, this activity failed to boost the regional economy, mainly due to health problems occurring in the years 2000 and 2005. The extraction of the products of native cerrado and their development from traditional practices by the inhabitants of the region now, then, to be of value, especially for tourists who visit the region. But also becomes the only option for people living in areas of permanent preservation, whose agricultural production is prevented by law. The Kalunga community activities as well as those operated by people from the regions of the Mill City and the fraternity in the town of Alto Paraíso, show that the wealth of the cerrado, with the look mystical and esoteric knowledge and the traditional black of the inhabitants of the region are the ingredients for the pursuit of value to the product of the region. For that we need to unveil the value of products resulting from these activities, giving, thus, the farmers, the gap in relation to products supplied by manufacturers business.

**Key words:** family agriculture, territorial approach, Brazilian Cerrado, tradition.

## **Introdução**

Nas duas últimas décadas, o aumento da preocupação mundial com o desmatamento das florestas tropicais e o seu impacto na biodiversidade do planeta, levou estudiosos e especialistas a questionarem a viabilidade de se derrubar matas nativas destinadas à abertura de novas áreas para a produção de alimentos para suprir a necessidade alimentar mundial.

O Brasil, que detém grande parcela da reserva de biodiversidade que ainda permanece intacta no planeta, vive o dilema da destinação e do uso de suas terras entre a produção de gêneros alimentícios e a preservação ambiental. De um lado, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) determina restrições do uso da terra - especialmente legalizadas a partir do Código Florestal Brasileiro estabelecido pela Lei nº 4.771/65 (BRASIL, 2009a) e a Resolução nº 303, de 20 de março de 2002 (BRASIL, 2009b), que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites das Áreas de Preservação Permanente (APP) - e, de outro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), estimula o aumento da produção de alimentos e produtos do agronegócio. Esse embate resulta em proprietários de terras rurais desnorteados, sem saberem se devem plantar ou quanto de área devem deixar preservadas. Os conhecimentos acumulados pelos habitantes de áreas de preservação permanente que buscam a melhoria das condições de vida de grande parcela da população, sem o sacrifício dos recursos naturais ali existentes, viabilizam o desenvolvimento sustentável das regiões.

Esse artigo analisa as atividades produtivas desenvolvidas por habitantes da região nordeste do estado de Goiás, em duas regiões distintas, o território quilombola kalunga, localizado nos platôs e vales serranos da Chapada dos Veadeiros e que

abrange parte dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás; e o município de Alto Paraíso de Goiás, de tradicional exploração do turismo ecológico e místico devido especialmente à sua proximidade do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e sua fama de local esotérico. Ambas as regiões têm uma formação comum, baseada em uma colonização de negros desde o início da formação da região e uma trajetória de desenvolvimento de atividades econômicas baseadas na exploração do turismo.

### **Cerrados: preservar ou produzir?**

“A importância da região dos cerrados no espaço geo-ecológico nacional, é ainda subestimada” (SILVA, 1998, p. 197). Entre os anos 1970 e o início dos anos 2000, o modelo produtivo implementado a partir da Revolução Verde estimulou a produção monocultural extensiva de culturas, especialmente a soja, transformando todo o ecossistema em um grande produtor de alimentos e configurando ao cerrado como a última fronteira agrícola do Brasil.

Porém, como segundo maior ecossistema brasileiro, atrás apenas da Amazônia, perfazendo uma área de 204 milhões de hectares, os cerrados contêm grande parcela da biodiversidade nacional.

A região nordeste de Goiás é uma das que guardam as maiores riquezas naturais do estado, tendo sido, por isso, reconhecida pela UNESCO, no ano 2.000, como *Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz*. Em 2001, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi declarado Sítio do Patrimônio Natural Mundial pelo mesmo organismo. O objetivo de sua criação foi preservar o cerrado de altitude e a fauna local, a interpretação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a educação ambiental (IBAMA, 2006).

Porém, o nordeste goiano, composto pelas microrregiões homogêneas Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã, historicamente tem guardado os maiores problemas socioeconômicos do estado passando, por esse aspecto, a ser conhecida como *corredor da miséria* (CARVALHO, 2004).

Quatro foram as etapas de intervenção e ocupação dos cerrados, cada uma delas associada à exploração econômica dos recursos ambientais: a captura e escravização indígena; a lavra de minerais preciosos, a partir do emprego da mão-de-obra de escravos africanos; a fazenda policultural pecuarista ultra-extensiva; e a agricultura de áreas de cerrado (ALBUQUERQUE, 1998). Porém, na região da Chapada dos Veadeiros, em virtude de sua excepcionalidade ambiental, uma outra forma de intervenção foi desenvolvida nos últimos anos, a do ecoturismo.

A região de Goiás foi desbravada pelos bandeirantes desde o início da colonização brasileira, mas seu povoamento só se deu com a descoberta das minas de ouro no século XVIII. As bandeiras, como foram chamados os deslocamentos de desbravadores pelo interior do país, saíam de São Paulo em busca de índios, cada vez mais escassos e, com frequência, chegavam ao extremo norte de Goiás, na região do Estreito. De início, as expedições seguiam em canoas o curso dos rios: Paranaíba-Tocantins-Araguaia, até voltar pelo Tietê a São Paulo. A viagem podia durar anos (PALACÍN; MORAES, 1989).

O desbravador de Goiás foi Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido por Anhangüera, cuja bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722, retornando dessa primeira viagem em 1725, após ter descoberto várias minas de ouro, em regiões com

ótimo clima e de fácil acesso. O povoamento de Goiás iniciou-se nesse período. Nos vinte primeiros anos da mineração, quase todo o território foi percorrido e vasculhado pelas bandeiras à busca de novas jazidas, porém as populações só se fixaram onde foi achado ouro (PALACÍN; MORAES, 1989).

Goiás foi o segundo produtor de ouro do Brasil no século XVIII. No auge de sua produção, na década de 1750, a média de ouro extraída na jazidas de Goiás era de 25.000 quilos por ano (ATTUCH, 2006). Nos primeiros anos da mineração, foi grande o número de mineiros que foram para lá levando seus escravos. As distâncias dos centros consumidores, como Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, eram muito grandes e, portanto, o preço das mercadorias importadas dessas regiões, muito alto. O período de exploração do ouro em Goiás foi curto, “a mineração foi um negócio próspero até 1750, um empreendimento arriscado, mas ainda rendoso entre 1750 e 1770, e um negócio ruinoso depois dessa data” (PALACÍN; MORAES, 1989, p. 22).

Os negros estiveram presentes na história de Goiás desde seus primórdios, colaborando na formação étnica e na evolução sócio-econômica e cultural do estado (BAIOCCHI, 1983). Durante as incursões das bandeiras, foi o negro que possibilitou a colonização do vasto território goiano. Enquanto os bandeirantes seguiam sozinhos, sem suas famílias, os negros eram levados nas expedições, com mulheres e filhos, e eram utilizados como exploradores de minérios, lavradores, militares (para perseguição de índios fugidos e no combate aos índios selvagens). Mas, de acordo com Baiocchi (1983, p.18), “a tarefa principal do negro nas bandeiras foi sua ação que possibilitou a fixação no solo. Assegurada a conquista de novas terras, competia ao negro trabalhá-la, plantar e colher o alimento necessário à manutenção de todos”. A inexistência de mulheres brancas no Planalto Central incentivou, nos séculos XVIII e XIX, a intensa miscigenação, já que os proprietários das minas, homens brancos, uniam-se às índias e negras.

O fim da atividade mineradora em Goiás fez com que os ricos senhores migrassem para outras regiões do Brasil onde a extração do ouro era mais viável. Os que permaneceram na região passaram a se dedicar à pecuária, que requeria menor número de escravos, e à lavoura, utilizada, no início, apenas para a subsistência. Os escravos da região passaram a ter menor valor no comércio, já que os senhores já não tinham mais como pagar os altos preços antes cobrados. Essa diminuição no preço possibilitou a muitos escravos comprar as suas próprias cartas de alforria, bem como para seus parentes, a partir do trabalho que já era feito na lavoura em forma de parcerias que, conforme Attuch (*apud* BAIOCCHI, 1983), era o sistema mais comum no estado de Goiás,

A agricultura foi se desenvolvendo em Goiás e as lavouras plantadas passaram a ser produto de exportação no início do século XIX, principalmente com o algodão e o café extrapolando as fronteiras do país. No plantio diversificado empregavam-se técnicas rudimentares: “na lavoura adotavam o sistema de coivara, herdado do índio. As florestas eram queimadas, e semeava-se sob as cinzas. Plantavam milho, mandioca, cana, algodão, café, tabaco, feijão e legumes” (BAIOCCHI, 1983, p.35).

Ao sair do período da mineração, a região tentou se desenvolver com a agricultura e, principalmente, a pecuária extensiva. A partir de 1960, a inauguração de Brasília fez crescer a procura pelo desenvolvimento do interior do país, inaugurando também uma nova fase na ocupação do território goiano. Nesse período, a integração do Sul e do Sudeste do País com o Norte e o Nordeste estimulou a abertura de novas fronteiras agrícolas, especialmente na região dos cerrados.

E o nordeste de Goiás descobre, finalmente, sua vocação. A região possui belezas naturais que favorecem a exploração do turismo ecológico. Além disso, é muito favorecida pela grande quantidade de rios, córregos e lagos, destacando-se o Rio Preto, das Pedras e Tocantinzinho. Do Rio Tocantins, a abundância de água proporcionou a construção de uma imensa barragem da Hidrelétrica de Serra da Mesa, com um lago de cerca de 1.780 quilômetros quadrados.

Na década de 1960, ao final de seu mandato, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, criou doze parques nacionais, dentre os quais, três localizados na região do cerrado: o Parque Nacional das Emas, o Parque Nacional de Brasília e o Parque Nacional de Tocantins. Este último, criado a partir do decreto número 49.875, de 11 de janeiro de 1961, abrangia uma área de 625.000 hectares.

A grande extensão inicial do parque trouxe conseqüências devastadoras para a população rural local, colocando em risco a sobrevivência econômica do município devido a diminuição das atividades agropecuárias e mineiras. Outros problemas foram identificados na implantação da Unidade de Conservação e relatados em estudo feito pelo Ministério da Agricultura no ano de 1966, como a falta de recursos financeiros para a compra de terras escolhidas e a falta de recursos humanos qualificados (ALBUQUERQUE, 1998). Com isso, nos anos subseqüentes à sua criação, os limites do Parque foram sucessivamente alterados em 1972, por meio do Decreto n. 70.492 - de 11 de maio de 1972 (BRASIL, 2008a), em 1981 por duas vezes, pelos Decretos n. 86.173, de 02 de julho de 1981 (BRASIL, 2008b), e Decreto n.º 86.596, de 17 de novembro de 1981 (BRASIL 2008c), em 1990, pelo Decreto n.º 99.274, de 06 de junho de 1990 (BRASIL, 2008d), e em 2001, pelo Decreto n.º 3.942, de 27 de setembro de 2001 (BRASIL, 2008e), sendo drasticamente reduzido aos atuais 65.514 hectares, e seu nome alterado para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

### **A importância da tradição**

As informações do *saber fazer* podem estar contidas no trato da planta e dos animais, no cultivo de ervas medicinais, no manuseio de produtos naturais, na elaboração de artesanatos e de todo conhecimento tradicional tão comum no interior do país. A palavra tradição, conforme Coutinho (2005), deriva do latim *traditio*, do verbo *tradere*, que significa a ação de transmitir, entregar. Para Giddens (1997), a tradição, é a repetição de informações, atos e atitudes e pressupõe uma verdade que é a antítese da indagação racional. Tomando-se como pressuposto de que a sociedade moderna, especialmente a chamada sociedade ocidental, tornou-se *destradicionalizada*, o autor afirma que a forma de saber se isso aconteceu é olhar para formas específicas de rituais e símbolos e considerar até que ponto eles compõem *tradições*. Para o autor, em muitos aspectos de nossas vidas ocorrem transições importantes na vida cotidiana, tanto individual quanto coletiva, devido à preocupação de se construir, regularmente, futuros potenciais, mesmo sabendo que essa construção pode, na verdade, impedir que eles venham a acontecer.

As tradições podem ser inventadas (HOBBSAWM, 2006) e se transformam ao longo do tempo (VALENTE, 1999). A *tradição inventada* tenta, sempre que possível, estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWM, 2006), e pode ser entendida como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras de natureza ritual ou simbólica, aceitas pelo grupo, que visam sugerir certos valores e

normas de comportamento a partir da repetição, implicando uma continuidade em relação ao passado.

Hobsbawm (2006) afirma que, na medida em que as práticas passam a ser um hábito, a partir da repetição, resgata-se um passado histórico ao qual tais práticas fazem referência.

A memória e a tradição dizem respeito à organização do passado em relação ao presente. Mas não um passado preservado, e sim continuamente reconstruído, tendo como base o presente. Para Giddens (1997), a modernidade, durante a maior parte da sua história, reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia. E a tradição está ligada ao que Maurice Halbwachs denomina *memória coletiva*, que envolve ritual, possui guardiões e, ao contrário do costume, tem força de união que combina conteúdo moral e emocional. A tradição é um *meio organizador da memória coletiva*. “Desse modo, a memória é um processo ativo, social, que não pode ser apenas identificado com a lembrança” (GIDDENS, 1997, p. 81).

Essa memória, para Halbwachs (1990), não se confunde com a história, já que para a compilação dos fatos históricos os acontecimentos passados são escolhidos entre os fatos que ocupam maior espaço na memória dos homens. “É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 1990, p. 80). A história só relata períodos e sociedades muito distantes no passado, no momento em que não se encontram mais muitas testemunhas que conservem alguma lembrança e quando a memória não tem mais por suporte um grupo, que a ela esteve engajada, e, portanto, capaz de dar um *relato vivo* sobre os acontecimentos. A história é, com isso, o único meio de salvar as lembranças dispersas em alguns “espíritos individuais”, fixando-as por escrito, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

A memória coletiva, conforme Halbwachs (1990), distingue-se da história por ser uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo, ou que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. E é difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu, e se, realmente ela em algum momento deixou a consciência do grupo, já que basta que uma parte do corpo social conserve essa lembrança, para ela estar sempre presente ali.

Outra característica que distingue a memória coletiva da história é que há apenas uma história e existem muitas memórias coletivas. A história dispõe os acontecimentos em ordem cronológica e espacial, em quadros que permanecem exteriores aos grupos. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, durante um período que não ultrapassa a duração média de uma vida humana, em um determinado espaço e onde o indivíduo se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. As memórias coletivas são os centros das tradições (HALBWACHS, 1990).

Os rituais, conforme Giddens (1997), conectam o passado com as ações do presente e é pela continuidade da prática, organizada nos rituais, que os povos percebem a diferença entre realidade cotidiana e fantasia, ou os devaneios. Os rituais são guardados e reconstituídos pelos guardiões, que geralmente são pessoas mais idosas e que assim o são não apenas porque participaram de muitas das formulações dessas tradições, mas também porque têm tempo disponível para identificar os detalhes contidos.

Os guardiões, sejam eles idosos, curandeiros, mágicos ou funcionários religiosos têm muita importância dentro da tradição, porque se acredita

que eles são os agentes, ou os mediadores essenciais, de seus poderes causais. Lidam com os mistérios, mas suas habilidades de arcanos provêm mais do seu envolvimento com o poder causal da tradição que do seu domínio de qualquer segredo ou conhecimento esotérico (GIDDENS, 1997, p.83).

## **Território Kalunga: entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental**

Hoje Goiás, além das dotações naturais do estado que favorecem a exploração do turismo de natureza, tem sua economia baseada na produção agrícola e pecuária, no comércio e nas indústrias de mineração, alimentícia, de confecção, mobiliária, metalúrgica e madeireira. Na agricultura, destaca-se na produção de arroz, café, algodão herbáceo, feijão, milho, soja, sorgo, trigo, cana-de-açúcar e tomate (CRUZ, 2005).

Entretanto, para Campos (2002), por ter problemas semelhantes aos da região nordeste brasileira, devido ao nível de pobreza da população, à escassez de água e a dificuldade de manejo do solo, e outros, a região nordeste de Goiás é tratada de forma injusta. Segundo ele, diferentemente dali, no nordeste brasileiro, existe o apoio à produção na agricultura por meio de incentivos fiscais, que possibilitam o crescimento e o desenvolvimento.

A partir da década de 1960, a região explorou o turismo ecológico e místico<sup>1</sup>. Entretanto, a trajetória de exploração do turismo na região foi interrompida a partir do ano 2000, quando os visitantes foram afastados principalmente devido a problemas relativos à saúde pública. O principal motivo foi a constatação de que pessoas contaminadas por febre amarela tinham estado na região. A partir de então, a ausência de visitantes acarretou, em Alto Paraíso e nos municípios vizinhos, a estagnação da economia local e a escassez de recursos financeiros, intensificadas pela carência de políticas públicas. Hoje, a região nordeste goiana guarda os maiores problemas socioeconômicos de Goiás e é conhecida como a mais pobre economicamente do estado (CARVALHO, 2004) - e sofre principalmente com a falta de definição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. Baseando-se nos indicadores municipais que compõem o IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico) e o IDS (Índice de Desenvolvimento Social), veremos que esses índices classificam o Nordeste Goiano (região de planejamento) como última posição no estado. Isso, revela uma dura realidade, já que esses dados, conforme estudos do Seplan-GO (CARVALHO, 2004) são construídos a partir da análise de elementos tais como: a infra-estrutura dos municípios, a qualificação da mão de obra formal e a renda municipal *per capita*, além de considerar o desempenho dos setores de saúde, educação, da oferta de serviços básicos e da renda da mão de obra formal, respectivamente (Figura 01):

**Figura 01 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), por regiões de planejamento do Estado de Goiás – 2000.**

<b>Regiões de Planejamento</b>	<b>IDS</b>	<b>Classificação</b>	<b>IDE</b>	<b>Classificação</b>
1. Sudoeste Goiano	5031,2	1º	5091,4	1º
2. Sul goiano	5029,0	2º	5047,0	2º
3. Região Metropolitana de	5028,5	3º	5018,7	4º

<sup>1</sup> A Chapada dos Veadeiros é considerada santuário goiano do esoterismo e espiritualismo. Possui várias reservas ecológicas particulares e encontra-se em local bastante privilegiado no mercado do ecoturismo brasileiro.

Goiânia				
4. Sudoeste Goiano	5019,1	4°	5028,9	3°
5. Oeste Goiano	5003,1	5°	4995,0	5°
6. Noroeste Goiano	4996,0	6°	4973,3	6°
7. Centro Goiano	4989,0	7°	4971,9	8°
8. Norte Goiano	4977,2	8°	4973,2	7°
9. Entorno do Distrito Federal	4965,7	9°	4955,3	9°
10. Nordeste Goiano	4951,8	10°	4926,3	10°

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais. Dados de 2000 (CARVALHO, 2004).

A presença negra em Goiás data do final do século XVII e início do século XVIII, como mão-de-obra escrava para a mineração e o Território Kalunga tem sua origem relacionada à fuga do trabalho escravo imposto pelos bandeirantes.

O Território Kalunga possui área de aproximadamente 253.000 hectares e abrange parte dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Localiza-se no nordeste goiano, nos platôs e vales serranos da Chapada dos Veadeiros, às margens do rio Paranã, afluente do Tocantins, a aproximadamente a 300 km de Brasília (DF) e a 500 km de Goiânia (GO). Suas coordenadas geográficas são: 13°20' a 13°27' de latitude sul e 47°10' e 47°20' de longitude oeste de Greenwich. Os solos são variáveis, aptos para agricultura principalmente às margens do rio Paranã, seus afluentes e vãos de serras, o que corresponde a 30%<sup>2</sup> do total do território. O clima é tropical de monções<sup>3</sup>, com temperatura média de 23°C.

A história agrária recente do território kalunga tem como marco legal importante a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias<sup>4</sup> e nos artigos 215<sup>5</sup> e 216<sup>6</sup>. Desde 1991, toda área ocupada por esta comunidade foi reconhecida oficialmente pelo governo do estado de Goiás como Sítio Histórico: o Patrimônio Cultural Kalunga. Entretanto, ainda existem conflitos fundiários com posseiros, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros em todo o território e conflitos judiciais. Em algumas áreas do território, esses conflitos existem desde 1979; em outras, os conflitos foram acirrados a partir de agosto de 2003<sup>7</sup>, depois da exposição na mídia e atuação do Governo Federal. Existem sobreposições com terras do governo federal e estadual, com área de reserva ambiental e do sítio histórico-cultural (em Cavalcante).

A territorialidade negra tem sido entendida, de maneira geral, como espaço construído e controlado por negros, resultante da conformação histórica das relações raciais no Brasil<sup>8</sup>. Mas, apesar dos elementos comuns que unem diferentes contextos

<sup>2</sup> Grande parte da área agricultável está declarada como sendo de outros proprietários.

<sup>3</sup> Caracteriza-se por um regime pluviométrico, cuja precipitação anual é da ordem de 1.400mm, com mínimas inferiores de 1.300mm e máximas superiores a 1.800mm. O período chuvoso abrange de novembro a março; com precipitação média mensal superior a 150mm. O período de estiagem situa-se no trimestre junho-agosto. Os meses de abril, maio, setembro e outubro podem ser considerados de transição (Brasil, 2000).

<sup>4</sup> Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes o título respectivo.

<sup>5</sup> Garante o pleno exercício dos direitos culturais dentre os quais a proteção às manifestações culturais afro-brasileiras.

<sup>6</sup> Reconhece o patrimônio cultural constituído por bens de natureza material e imaterial aos grupos negros que entram em nossa formação.

<sup>7</sup> Em 21 de março de 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e, em novembro, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

<sup>8</sup> Almeida (1989) utiliza o termo “terras de preto” para analisar a realidade destes grupos sociais. Tal conceito compreende as diversas situações nas quais grupos constituídos por famílias de ex-escravos ocupavam áreas comuns de terras: domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, concessões feitas

rurais negros, “cada realidade torna-se um caso particular, exigindo de cada estudo um esforço etnográfico e, ao mesmo tempo, uma preocupação analítica de tipo macro-social que integre as especificidades” (GUSMÃO, 1996, p. 15). Também implica um processo de construção de identidades e de fronteiras étnicas que constituem a etnicidade. Segundo Valente (1998, p. 141), os estudos de Barth romperam com uma perspectiva nas ciências sociais de pensar a etnicidade em termos de grupos humanos diferentes, caracterizados por uma história e cultura próprias. Antes, é preciso interrogar-se sobre as razões que levam à emergência de distinções étnicas em uma dada situação, sendo secundário o substrato cultural da etnicidade em relação ao estabelecimento de fronteiras étnicas entre os grupos. Para Barth (1998), a produção e reprodução das definições sociais e políticas da diferença, sobre a qual a etnicidade repousa, não são fundadas sobre critérios de veracidade. Não são diferenças objetivas que estão em jogo, mas a percepção de sua importância sejam elas “reais” ou não<sup>9</sup>.

Ao longo de todo o século XIX, com o declínio da única atividade econômica de expressão naquela época, Goiás experimentou um longo período de estagnação e até mesmo de regressão econômica. Nesse momento, o Território Kalunga não era objeto de atração e não se colocava na esfera imediata de interesses fundiários dos brancos. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, inicia-se a ocupação agrícola do estado. A crise de abastecimento alimentar nos grandes centros urbanos do país, agravada pelas crises do café, atraiu migrantes para o sul do estado onde existiam terras férteis em áreas de florestas e de pastagens naturais. Além disso, na década de 1940, o governo federal lançou o Programa “Marcha para o Oeste”, responsável pela aceleração dos fluxos migratórios para o estado. Em 1960, a transferência da capital do país para Brasília, juntamente com a ampliação da malha viária, estimulou a vinda de migrantes de todo o país. Nesse período, investimentos na pesquisa agrônoma tornaram o Brasil Central a região de maior potencial agrícola. A disponibilidade de solos aptos à produção de grãos foi decisiva para o rápido crescimento econômico que se verificou em Goiás nas três últimas décadas do século XX: ocorreu um aumento da área plantada de soja e sorgo, bem como a substituição de lavouras, em favor de cultivos de *commodities* que podem ser destinadas ao mercado internacional.

A expansão da fronteira agrícola com um modelo de produção altamente capitalizado fez com que a economia de Goiás crescesse. Entretanto, as consequências do processo histórico de modernização tecnológica da agricultura e sua natureza excludente, abateram-se sobre os negros da Comunidade Kalunga e outros que se encontram num contexto sócio-econômico de agricultores familiares. Além disso, esse processo tem gerado o despovoamento do espaço rural, o aumento das desigualdades sociais e concentração de renda, além de grandes prejuízos ambientais, atingindo gravemente a biodiversidade local.

Os kalungas<sup>10</sup> são agricultores familiares e como tais compartilham situações de **sobrevivência**, sendo secundárias as situações intermediárias de **produção de excedentes**<sup>11</sup>. Desenvolveram um sistema produtivo que combina a prática da agricultura, caça, pesca, produção de utensílios domésticos e processamento rudimentar de alimentos, por meio do uso sustentado dos recursos naturais, voltado

---

pelo Estado a tais famílias mediante a prestação de serviços guerreiros, extensões correspondentes a antigos quilombos, e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração.

<sup>9</sup> Nas palavras de Barth (1998, p. 194), “as características que são levadas em consideração não são a soma de diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores consideram como significantes”.

<sup>10</sup> De acordo com o levantamento realizado pela FUBRA (2004) a comunidade Kalunga possui 3.752 habitantes.

<sup>11</sup> Conforme tipologia genérica proposta pelos coordenadores deste projeto.

para o autoconsumo. Com esse fim também utilizam um sistema de troca com a sociedade envolvente<sup>12</sup>, a fim de complementarem a dieta e os insumos necessários. Embora essa seja a principal atividade da comunidade, envolvendo os membros da mesma família, muitos são empregados domésticos e prestadores de serviço assalariado, caracterizando-os como pluriativos (SCHNEIDER, 2003a).

Mas para além da condição de produtor da subsistência e força de trabalho disponível para o capital, desenvolveram mecanismos próprios de uma condição historicizada que permitiu, não só a existência de grupos rurais negros, mas também sua persistência no tempo (GUSMÃO, 1996). Diz respeito a essa condição historicizada, construída a partir do patamar da escravidão, o fato de terem recebido a terra por herança de seus antepassados: a roça e o território confundem-se. A roça, assim como o território, pertence aos ancestrais e é administrada pelo grupo constituído pela família extensa<sup>13</sup>. As tarefas são divididas entre mulheres, crianças e os homens. O cuidado diário se reveza. A colheita é realizada por todos. A produção e consumo poderão ser compartilhados com parentes consanguíneos, parentes afins e compadres. O compadrio<sup>14</sup>, alicerçado em sólidas bases, participa também do processo de produção.

Nas roças são cultivadas: mandioca, arroz de sequeiro, milho, amendoim, gergelim, inhame, abóbora, melão, maracujá, melancia e cana, que somados aos cocos comestíveis constituem a estrutura alimentar que possibilitou a sobrevivência da população Kalunga. No entorno das roças, a vegetação predominante é o cerrado, mata de várzea, campo, capoeira e campina. Dali os kalungas realizam a coleta de frutos nativos e fazem uso de madeira de angico, do gergelim para a produção de óleo, paçoca e pé-de-moleque. Também são conhecedores e fazem uso de plantas com propriedades medicinais. Além de consumirem os animais predominantes na região, os kalungas também criam outros para o consumo e para a venda. Dentre esses, destaca-se o gado curraleiro, que é de pequeno porte (BRASIL, 2000).

Ao longo do tempo e principalmente a partir de meados do século XX, com as mudanças empreendidas na realidade regional, o sistema produtivo no Território Kalunga foi progressivamente comprometido: os kalungas passaram a ser ameaçados por grileiros que invadiam suas terras; os garimpos começaram a se multiplicar; as madeireiras e as empresas produtoras de carvão foram tomando conta das matas nativas, contribuindo para provocar grandes secas, causando sérios danos para os agricultores da região.

Em 1987, o Governo Federal, através da Companhia Hidrelétrica de Furnas, elaborou projeto para a construção de uma barragem na foz do Rio Bezerra, que caso fosse realizada, inundaria grande parte do Território Kalunga. A população reivindicou a suspensão da construção da barragem<sup>15</sup>. Depois de muita pressão, o governo desistiu do projeto. A primeira ação a favor da comunidade, após a promulgação de

---

<sup>12</sup> O poder municipal há anos expressa as dificuldades de acesso à comunidade, no que tange à comercialização, devido às grandes distâncias e ao relevo acidentado em várias destas áreas. Para o escoamento da produção para os centros urbanos, os agricultores precisam fazer uso de barcos e animais.

<sup>13</sup> De acordo com os dados da FUBRA (2004, p.57), para 92,2% dos domicílios a roça é só da família. Nos demais a roça é utilizada coletivamente.

<sup>14</sup> O compadrio ou apadrinhamento, ligado estreitamente ao batismo, foi estratégia de controle da população escrava (Valente, 1994, p. 34). O sistema de trocas materiais e simbólicas implicado nas relações de compadrio foram aos poucos absorvidas por todos os que professam a fé católica, inclusive os negros.

<sup>15</sup> O apoio da antropóloga Mari Baiocchi foi decisivo, ao mobilizar acadêmicos e políticos ao seu favor. Também foi a responsável pelo encaminhamento do pedido de demarcação das terras da comunidade e várias denúncias encaminhadas às autoridades responsáveis.

Constituição Federal foi encaminhada ao extinto Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO)<sup>16</sup>, pedido de direito à posse de terras - vistoria, medição, demarcação e titulação das glebas dos kalungas. Depois dessa nova mobilização foram entregues os títulos de propriedade aos moradores da margem direita do Rio Paranã. Entretanto, no ano seguinte, já estavam sendo invadidas as terras no Vão de Almas, Vão do Moleque e Ribeirão dos Bois. Os kalungas passaram a reivindicar seus direitos e solicitar a regularização dos documentos de propriedade de suas terras. Em contrapartida, passaram a sofrer perseguição brutal pelos fazendeiros e foram obrigados a recuar para a beira dos rios, onde se amontoaram aos pés de serra e as margens das estradas. Impedidos de plantar, já estavam passando fome, quando a comunidade se mobilizou em busca de ajuda. A denúncia sobre o que estava acontecendo e o pedido para que fossem tomadas medidas urgentes foram encaminhados ao governo. Com a intervenção das autoridades, a violência foi controlada, mas nem por isso os kalungas que haviam perdido suas terras conseguiram recuperá-las.

Sem condições de garantir o sistema produtivo baseado no autoconsumo, a dependência dos kalungas em relação ao exterior aumentou progressivamente. A situação de extrema pobreza e exclusão social estimulou uma prática comum, também em outros lugares do Brasil, que é a doação de crianças para pessoas com melhores condições financeiras. Outras atividades passaram a ser fundamentais para a composição da renda familiar, como a venda de artesanato e o assalariamento de jovens em municípios vizinhos, em particular nos serviços domésticos: prometidas para famílias abastadas, jovens meninas tornam-se empregadas domésticas em cidades maiores. Famílias da comunidade recebem de R\$ 120,00 a R\$ 240,00, quando inseridas ao mercado de trabalho na condição de assalariados ou contempladas por programas sociais de transferência de renda como o auxílio maternidade e o Programa Bolsa Família<sup>17</sup> e os benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – aposentadoria e pensão por morte. Outras famílias dispõem de quantia em torno de R\$ 50,00 mensais<sup>18</sup>, muitas vezes um valor a ser repartido entre quatro membros ou mais. Isso pode oferecer uma idéia aproximada, mas contundente, da miséria a que os kalungas estão expostos<sup>19</sup>. Controvérsia de valores obtidos em diferentes situações de pesquisa, entretanto não deixa dúvidas de que as famílias kalungas encontram-se abaixo da linha de pobreza e algumas abaixo da linha de indigência, com renda inferior a R\$ 75,00 *per capita*, considerando que a linha da pobreza é metade do salário mínimo, ou seja, R\$ 150,00. Mesmo assim não se pode afirmar que formam uma *comunidade homogênea*, visto ser atravessada pelas contradições da sociedade envolvente, em que pese o fato de a luta pela terra os unir.

## **Alto Paraíso e a exploração do ecoturismo**

---

<sup>16</sup> Atual Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário.

<sup>17</sup> Programa de transferência condicionada de renda do Governo Federal, unificando o Bolsa-escola, Bolsa-alimentação, Vale-gás e Fome Zero.

<sup>18</sup> Segundo Tibúrcio (2006, p.106), ao analisar empreendimento sediado em Cavalcante, cujo diretor afirma seguir os princípios do comércio justo, a renda média *per capita* das famílias kalungas parceiras é de R\$ 48,56 e a renda média *per capita* das famílias não parceiras é de R\$ 91,02.

<sup>19</sup> De acordo com os dados da FUBRA (2004, p.61-62), «o rendimento mediano per capita por domicílio em Cavalcante é igual ao observado em Monte Alegre (R\$15,00), e estes são menores do que o observado em Teresina de Goiás (R\$ 40,00). O rendimento médio per capita por domicílio em Cavalcante é igual a R\$ 59,00 ; o observado em Monte Alegre é igual a R\$63,00 e o observado em Teresina de Goiás foi de R\$ 82,00».

O município de Alto Paraíso de Goiás está situado numa região caracterizada pelo bioma Cerrado<sup>20</sup>. Possui 2.593 Km<sup>2</sup> de área e abriga um total de 6.182 habitantes, sendo 2.003 na área rural. O Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2003, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), foi de 24.572.000 reais, com um PIB *per capita* naquele ano de 3.521 reais.

Hoje, Alto Paraíso de Goiás possui 100 produtores rurais registrados no Sindicato Rural, dos quais cerca de 70% são de agricultores familiares. A produção agrícola na região é dificultada por vários motivos:

- 1) o impedimento da abertura de novas áreas de plantio e do uso de máquinas, equipamentos e produtos químicos nas áreas pertencentes à Área de Preservação Ambiental - APA de Pouso Alto, que abrange grande parte do território do município. Qualquer atitude que acarrete em mudanças na cobertura vegetal existente na região a partir da criação da APA de Pouso Alto deve ter a anuência da Agência Goiana de Meio Ambiente, uma permissão demorada e difícil.
- 2) a dificuldade em contratar trabalhadores rurais atualmente na região, devido ao alto preço cobrado pela mão-de-obra local e a legislação trabalhista.

Outro grande problema existente na região, principalmente para a busca de financiamento da produção, é que a maioria das terras não é demarcada. Muitos antigos proprietários receberam suas terras em doação. Donos de grandes extensões de terras costumavam doar parte delas aos seus mais fiéis empregados. A grande maioria desses empregados era formada por negros, antigos escravos ou descendentes de escravos, que habitavam a região em grande quantidade. Albuquerque (1998 *apud* FUNES, 1986) afirma que a concentração de africanos e seus descendentes na região era tão grande que dados estatísticos de 1822 apontam a existência de 2.067 habitantes na região, dos quais 456 eram escravos, 1.448 eram homens livres de cor e 163 eram homens brancos, sendo esse o mais alto índice de população branca do norte de Goiás. Hoje, regiões do município como Moinho e Bonsucesso são caracterizadas por uma população predominantemente negra e mestiça (UDRY, 2001).

Os proprietários das terras, por sua vez, herdaram suas propriedades de seus antecessores sesmeiros, já que as terras privadas existentes na região foram distribuídas pelo sistema de sesmarias. Este sistema foi utilizado no Brasil a partir dos colonizadores portugueses ainda no ano de 1530, para a distribuição de terras destinadas à produção, principalmente da cana-de-açúcar. Além da concentração fundiária proporcionada pelas sesmarias, cujos grandes proprietários chegavam a possuir 20 léguas quadradas ou mais, existiam os sitiantes, donos de pequenas glebas e os posseiros, que iam ficando aonde chegavam para trabalhar a terra (BAIOCCHI, 1983).

A região de Alto Paraíso de Goiás possui altitude de aproximadamente 1.300 m. Seu clima é tropical de montanha, sendo seco e frio no inverno e ameno e úmido no verão. Conforme o Zoneamento Climático da Cultura do Café Arábica, realizado por Assad *et al.* (2000), para o cerrado brasileiro, esta região apresenta um índice pluviométrico anual entre 1500 e 1600 mm, com chuvas bem definidas e uma temperatura média anual de 20,8°C. O período chuvoso é caracterizado pela ocorrência

---

<sup>20</sup> O cerrado é um ecossistema que ocorre em dezesseis estados brasileiros, ocupando entre 20 a 25% da área total do país, ou mais de um milhão de quilômetros quadrados, mas que se concentra em: Minas Gerais (37,35 de sua superfície), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (35,4%) e 73% em Goiás/Tocantins (UDRY, 2001). É considerada a savana mais rica do mundo em biodiversidade (IBAMA, 2007a).

de 51% do total anual de chuvas entre os meses de janeiro-abril, e 42% entre outubro-dezembro. Já o período seco está compreendido entre os meses de maio-setembro, sendo responsável por apenas 7% do total pluviométrico anual. Com relação à temperatura média do ar, pode-se dizer que o mês mais quente na região é janeiro (22,2°C) e o mês mais frio é julho (19,1°C).

O modo de produção agrícola das propriedades existentes na região estudada tem as características típicas da agricultura familiar estabelecidas por Wanderley (1999) e Buainain *et al.* (2005), como a propriedade dos meios de produção e a utilização de mão-de-obra familiar. Percebe-se, ainda, a presença de famílias com características muito semelhantes àsquelas mencionadas no Projeto Rurbano (SILVA, 2001):

A família rural típica não se reúne mais em torno da exploração agropecuária. O patrimônio familiar a ser preservado inclui as terras e, acima de tudo, a casa dos pais que se transforma numa espécie de base territorial, acolhendo os parentes próximos em algumas ocasiões festivas e tornando-se cada vez mais um ponto de refúgio nas crises, especialmente do desemprego, além de permanecer como alternativa de retorno para a velhice. Além disso, a gestão familiar inclui agora outros “negócios” não-agrícolas como parte de sua estratégia de sobrevivência (maioria dos casos) ou mesmo de acumulação. Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não-agrícola, embora permaneça residindo no campo.

Segundo Schneider (2003b, 2005), a pluriatividade se refere à combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas numa mesma família e cuja ocupação principal está em atividades não-agrícolas, tais como o emprego em estabelecimentos comerciais e domésticos nas áreas urbanas e a exploração da propriedade para o turismo e a conservação da natureza.

Nas propriedades, a atividade agrícola é exercida por apenas um membro da família, em geral o mais velho, que produz para o autoconsumo. Esse membro mais velho, geralmente o pai ou o avô, não possui qualificação profissional nem escolaridade formal, mas sustenta, com a força de seu trabalho e com o apoio da aposentadoria, os estudos dos filhos na cidade. Como também cita o estudo de Silva (2001), na região estudada a propriedade continua sendo um refúgio, um sustentáculo, acolhendo os membros da família nos casos de perdas de emprego ou para reuni-los em festividades e nos períodos de crises.

Em 67,85% das propriedades visitadas para a pesquisa no município a produção agropecuária era utilizada apenas para o autoconsumo. São agricultores sem acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural e a financiamento rural. A renda dessas famílias provém, principalmente, dos salários de um ou mais membros da família que tem um emprego na cidade ou na própria comunidade. Esses empregados trabalham para órgãos do governo municipal ou para os estabelecimentos que exploram o turismo: 42,85% trabalham em restaurantes, bares, hotéis e pousadas. Das famílias entrevistadas, 28,57% recebe qualquer tipo de benefício do governo, sendo a principal renda citada a aposentadoria. Apenas 10,78% afirmaram ter acesso regular à assistência técnica e extensão rural.

Apenas uma propriedade entre as visitadas (3,57%) possui mais de três empregados. Em todas as outras, o trabalho da terra é feito apenas por membros da

família, na maioria dos casos em período parcial. Das pessoas entrevistadas, 46,42% tinham idade acima de 60 anos, e eram elas quem cuidavam, sozinhas, das atividades da propriedade.

O tamanho das propriedades nem sempre é exato, já que não existe demarcação de terras na região. Dos entrevistados, 42,85%, afirmam ter direito de posse às propriedades, por habitarem na terra há mais de 40 anos.

A produção agrícola é diversificada. São produzidos, principalmente, os alimentos mais consumidos pelas famílias, como: vários tipos de hortaliças e frutas, feijão, arroz, milho e mandioca, além da cana. O gado, os porcos e as aves são utilizados para o consumo de carnes e de seus subprodutos pela família.

Algumas ervas do cerrado bastante conhecidas para uso medicinal foram encontradas, também, em todas as propriedades visitadas para a pesquisa. Podiam ser encontradas em viveiros plantados e cercados, usados para protegê-las das galinhas e de outros animais, ou nas margens das nascentes. Foram encontradas a carqueja, o boldo, a erva cidreira, o assapeixe, a hortelã, o poejo, a arruda, o bálsamo, a babosa, a quebra-pedra, o barbatimão.

Poucos são os produtos comercializados pelos agricultores, geralmente na feira que acontece semanalmente na cidade de Alto Paraíso. Ali são comercializados tanto pequenos animais quanto produtos agrícolas, como hortaliças, frutas do cerrado, além de alimentos elaborados, como doces e vinhos - preparados com frutas nativas -, mandioca e farinha, rapadura, açúcar mascavo e café. Também são comercializados produtos alimentícios utilizados na cozinha alternativa (macrobiótica, vegetariana), como queijo de soja (*tofu*), broto de feijão e *seitan* e produtos medicinais: sabonetes de pequi, de tiguí-do-cerrado.

A feira de Alto Paraíso demonstra, também, a quantidade de produtos que são feitos por seus habitantes para comercialização especialmente para os turistas. São produtos frutos da tradição, elaborados a partir do conhecimento transmitido de pai para filho ou de mãe para filha, e que utilizam o que os moradores da região têm de mais abundante, os frutos do cerrado. Durante pesquisa realizada em três regiões do município de Alto Paraíso em 2006<sup>21</sup>, percebeu-se que a extração dos produtos nativos do cerrado e o conhecimento tradicional do seu uso e manuseio é de grande valia na geração de renda. Entre os produtos nativos explorados, as ervas medicinais, as frutas nativas e as flores secas do cerrado.

Segundo Udry (2004), o cerrado brasileiro possui 6.718 espécies de plantas de uso medicinal. Para a autora, a biodiversidade do cerrado menos conhecida, só recentemente estudada, é comparável à da Amazônia e da Mata Atlântica.

Lidando com ervas nativas do cerrado desde a infância, a raizeira Dona Flor, descendente de negros nascida na região elabora, a partir das ervas que são colhidas na mata, chás, remédios, xaropes, sabões, óleos e até mesmo pílulas. Para ela, não é preciso conhecer com antecedência para que cada erva serve:

[...] às vezes eu vou prá o campo pela intuição, cato as ervas sem ninguém falar prá mim. Eu só olho e vejo que serve prá alguma coisa. Quando eu chego em casa deixo ela aí. O dia de usar ela chega. Às vezes eu mesma sinto uma dor que não sentia, faço um chá dela e bebo.

---

<sup>21</sup> A pesquisa foi realizada de março de 2006 a dezembro de 2007 e resultou na dissertação de mestrado "Desenvolvimento territorial, história, cultura e tradição: os caminhos do café em Alto Paraíso (GO)", defendida em fevereiro de 2008 na Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) da Universidade de Brasília (UnB).

Porque se morrer, morro eu. Eu nunca dei um remédio errado em minha vida. De nove anos até setenta e oito (sic).

Além de raizeira, ela também é parteira, já tendo perdido a conta de quantos partos fez “[...] e eu aprendi a fazer parto na última hora, pois minha mãe ia morrendo de parto”. Ela ainda fabrica peças de tecelagem, bordados e outros trabalhos manuais juntamente com outras mulheres da comunidade.

Dona Flor é uma das figuras mais conhecidas da região. Com o Sr. Donato, seu esposo, criou 13 dos 18 filhos que teve e diz que trabalha confiando apenas nela e em seu marido. Projetos para incentivar a produção e comercialização de produtos já apareceram vários, por iniciativa do governo local, sindicato, ONGs e até mesmo por integrantes da comunidade. Porém, Dona Flor diz que dessas experiências “eu sou vítima. Já fui sócia em duas cooperativas em Alto Paraíso e fiquei no prejuízo, num tive retorno de nada”. Uma das experiências, encabeçada por várias pessoas, entre elas o Sr. Donato, tinha como objetivo a extração e comercialização de flores do cerrado. Em outra, o objetivo era plantar um viveiro de ervas medicinais e de plantas frutíferas do cerrado. Para Dona Flor, depois de todas as experiências que teve com os projetos comunitários iniciados com a participação de instituições externas à comunidade do Moinho, onde reside, tem medo do trabalho conjunto e prefere elaborar e vender sozinha suas ervas medicinais, que pra ela, “eu sei que tenho ajuda, mas eu não conheço a pessoa. Eu às vezes sonho, às vezes ouço voz”, referindo-se à sua crença na influência sobrenatural em seu trabalho.

Dona Flor é ajudada nos partos por Dona Nazinha, outra pessoa de grande influência na região do Moinho e acompanha o pré natal de muitas mulheres. Ela é agente de saúde na comunidade e também produz doces e geléias para venda aos visitantes da comunidade e a seus habitantes. O trabalho realizado por ela de acompanhamento da saúde das pessoas é essencial para a comunidade. Ela faz visitas às famílias da região e também conhece as propriedades curativas das ervas, usando algumas plantas para fazer remédios, que distribui para seus pacientes (UDRY, 2004). As compotas e geléias, os doces em barra e as frutas cristalizadas do cerrado podem ser consumidos e adquiridos, além da feira de produtos agrícolas, em pousadas, hotéis, restaurantes e no comércio da região. Entre as frutas mais utilizadas estão o pequi, o jenipapo, o cajá, o murici.

A presença do negro e do mestiço na região nordeste de Goiás é intensa, e não apenas entre as famílias que para lá se mudaram ainda na época da escravidão, nem dos descendentes de negros do território quilombola. O Sr. Jaci não nasceu na região. Ele mora há mais de 25 anos na Cidade da Fraternidade, comunidade espírita localizada a cerca de 30 quilômetros de Alto Paraíso, desde que se estabeleceu ali, vindo de Minas Gerais. Ele acredita que o fator místico deve ser levado em consideração quando se busca o desenvolvimento da região. Segundo ele, “tudo o que for feito na região que resgate o que foi trazido pelos negros vai prosperar. Fora isso, o que não é resgate dos negros, não vai prá frente”.

A Cidade da Fraternidade é uma das áreas de produção agrícola da região, que hoje cultiva principalmente o trigo, arroz, milho e cana. Na Cidade, cerca de 160 crianças estudam na escola do ensino fundamental, sendo que em torno de 400 jovens são alimentados por dia no restaurante da Cidade. Além da escola, a Cidade da Fraternidade possui um alojamento onde abriga os jovens que ali residem. A área da Cidade foi dividida em terrenos de 40 a 100 hectares onde são plantados os alimentos. Dez por cento de todo o alimento que é produzido é doado para a Cidade para

alimentar as crianças e os jovens que ali vivem. Inicialmente foram doados para a Cidade da Fraternidade cerca de 2.544 hectares de terra, sendo que atualmente contam 2.000 hectares, em regime de comodato com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ali, Sr. Jaci produz peças de artesanato (cestas, fruteiras, bolsas, chapéus, etc.) com materiais colhidos na região, tais como bambu, buriti e capim dourado, além de esculturas em argila de diversos tamanhos. Seu discurso demonstra um conhecimento surpreendente acerca dos trabalhos que desenvolve, da história da região e da preservação do cerrado:

Permacultura é permanência e cultura. Associando o mato com os animais e os alimentos... Ela (galinha) defeca aqui no local e serve de húmus. Porque a maioria do agricultor, principalmente o nativo acha que a palha é que vai passar para a planta. Não, ela (galinha) vai apodrecer os micro, pequeno organismos, vai comer a palha, que absorve e também segura a umidade. [...] Essa daqui (planta) absorve minha índole e eu a dela. Os micro e pequeno organismos é a mesma coisa. Quando eu sou uma pessoa equilibrada, harmônico, eles já não são tão estressados, já não precisam correr tanto. E eles passam o stress pra a planta se ele é estressado (sic).

E continua:

[...] Não existe praga, existem microorganismos estressados. Você planta o milho. E ele (microorganismo) estão pensando "na hora que isso aqui cair eu vou alimentar". E aí nós colhemos a espiga e cortamos o pé, levamos pra a vaca comer. E aí quando voltamos a plantar ali ele já está estressado e fala "agora eu vou matar tudo, porque ele vai carregar". Aí precisa de veneno pra matar eles, e não mata, mas desencadeia desequilíbrio, porque eles têm sua defesa. Aí eles vão produzir mais, indignados. O dia em que a gente for equilibrando....(sic).

### **A história a ser contada...**

A proposta de uma ação específica para os kalungas e para outros quilombolas se insere no movimento que reivindica a proposição de políticas de ação afirmativa para a população negra no Brasil: dados oficiais evidenciam a situação de marginalidade e exclusão social enfrentados pelos negros no país. Contraditoriamente, essas políticas servem aos interesses de uma lógica societária excludente, limitando-se a aliviar tensões sociais e a propor medidas compensatórias. Nessa direção, organismos internacionais, como o Banco Mundial, abriram uma linha de financiamento de programas sociais compensatórios voltados para as camadas mais pobres da população, destinados a atenuar as tensões sociais geradas pelo ajuste neoliberal. Mas como a exclusão faz parte da lógica interna do capitalismo, compreender o seu movimento pode permitir o redirecionamento dessas propostas na perspectiva da transformação e garantir o controle e influência sobre as políticas públicas, evitando-se os vieses que tendem a acirrar as desigualdades sociais.

O calcanhar de Aquiles das políticas de ação afirmativa para os negros passa a ser "como" fazê-lo, sem que disso resulte o efeito contrário que se pretende; que essas políticas não se transmutem em tiros que saem pela culatra, ou que sejam analisadas romântica e ingenuamente. Essa parece ser a condição para que o processo possa ser

direcionado para o atendimento dos interesses e necessidades do grupo racial. Para isso impõe-se a compreensão da diversidade numa perspectiva universal, sustentando-se no argumento de que nada impede que manifestações singulares ou específicas possam ser mais bem iluminadas quando referidas ao movimento da sociedade capitalista. A conjunção do singular, do particular e do universal pode potencializar um novo modelo de integração, supondo idealmente que cada um se reconheça numa visão política comum, para além das diferenças individuais e de grupo.

No caso do kalungas, como agricultores familiares expostos ao processo de modernização, compartilham essa condição com outros, independentemente da origem étnico-racial (VALENTE, 2005a). Como negros estão expostos também ao racismo - na expressão de Balibar (1990, p.33) "racismo sem raças", cujo tema dominante não é a herança biológica, mas a irredutibilidade das diferenças culturais - que operacionalmente toma a forma de "etnicização" da força de trabalho, ou seja, permite a hierarquização de profissões e remunerações na sociedade. No entanto, ante a precarização, a desregulamentação, a temporalidade e a ilegalidade de atividades que garantam a sobrevivência numa sociedade produtora de mercadorias, também não podem ser menosprezadas eventuais estratégias que transformem medidas de discriminação positiva em sobrecarga de manifestações racistas.

A população rural do município de Alto Paraíso, especialmente aquela habitante de regiões turísticas, como é o caso do Moinho, cansada de ser enganada pelas iniciativas de ONGs e instituições públicas e particulares e do próprio governo que apenas exploram sua força de trabalho e seu conhecimento sem, com isso, trazer recurso financeiro e desenvolvimento para a região, procuram, por sua conta, no conhecimento tradicional e nos recursos naturais que dispõem, a saída para a conquista de renda e qualidade de vida.

Após anos de abandono, iniciativas governamentais começam a ser estruturadas na região como o projeto "Implementação de cafeicultura orgânica para agricultura familiar de Alto Paraíso de Goiás", liderado pela Embrapa Café e realizado por pesquisadores participantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. Esse projeto busca resgatar o cultivo tradicional de café, levado para a região pelos Bandeirantes no século XVIII, por meio do desenvolvimento de tecnologias para a sustentabilidade da produção de café em sistemas agroecológicos e orgânicos por produtores familiares do município, que representam 70% do total de produtores.

Com relação aos kalungas, iniciativas governamentais desenvolvidas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) visam fomentar um desenvolvimento econômico e social nas comunidades quilombolas.

Na comunidade existem, também, programas não-governamentais direcionados ao artesanato, cultura, agricultura e extrativismo vegetal. As ONG's e entidades da sociedade civil de mesmo molde dispõem de uma certa margem de liberdade de reflexão e atuação, sem as habituais pressões e imposições dos setores governamentais. No entanto, mesmo que proclamem a sua independência ante os organismos nacionais e internacionais, existe uma real necessidade de recursos financeiros que viabilizem seu funcionamento, por meio da aprovação de projetos que devem percorrer os processos de avaliação, definidos fora de sua esfera de autonomia (VALENTE, 2000, p.121). Como a preocupação com a condição étnica no rural é

recente, também as opções de financiamento o são. De qualquer maneira, não tem sido regular a presença dessas organizações no território.

Existem inúmeras dificuldades e limites para a construção de um projeto que atenda as especificidades sem perder de vista a referência de um contexto histórico mais amplo. Prospectivamente, para enfrentar os problemas da exclusão social, parece ser pertinente analisar as possibilidades de inserção econômica de comunidades negras, a partir da elaboração de projetos de desenvolvimento local sustentado, articulando o conhecimento empírico comunitário e o aporte que poderá ser oferecido por conhecimentos científicos e tecnológicos de apoio à agricultura familiar. Mas esse processo poderá ser potencializado a partir do desenvolvimento de projeto educacional abrangente – escolarização, saúde, inserção econômica, etc.<sup>22</sup> – na linguagem dos organismos internacionais denominado *empowerment*, com base nas demandas existentes. As metas seriam a certificação e comercialização de produtos etnoculturais. Ou seja, projetos de diferenciação da produção e de inserção em mercados diversificados (mercados institucionais, nichos, qualificação e certificação) poderão ser portadores de desenvolvimento comunitário.

A região nordeste do estado de Goiás, conhecida pela triste denominação *de corredor da miséria*, espera, ainda hoje, por uma saída para o estado de penúria no qual foi colocada. As populações que ali habitam buscam a sua sobrevivência por meio da construção de um mercado onde os valores locais, tradicionais e de preservação do espaço agregam valor ao produto comercializado. Sem possuírem o conhecimento teórico a respeito da valorização existente hoje pelo mercado do produto regional as populações da comunidade kalunga e da região turística de Alto Paraíso tiram os recursos que a natureza lhes fornece e os manipulam de forma a agradar turistas e visitantes, utilizando nessa atividade todo o conhecimento tradicional acumulado por eles durante anos.

Por essa razão, deve-se estabelecer uma estratégia de busca de mercado para a produção desses produtores, a partir do *desvelamento* dos valores existentes no território estudado (VALENTE, 2005). A autora propõe que, tendo por referência a importância que atividades preservadas pela tradição cultural vêm assumindo como atividades econômicas, é preciso promover o *desvelamento de valor* dos produtos resultantes das atividades agrícolas, não-agrícolas e das “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado, produzidos por este segmento. É, portanto, o *desvelamento* de valor que poderá conferir aos agricultores familiares o diferencial em relação aos produtores empresariais.

A autora acredita que, já que a *agregação de valor* aos produtos é compatível com as atividades da população que tem acesso à inovação técnica e capacidade de mobilizar recursos e conhecimento para isso, no caso daqueles pouco capitalizados, antes de tudo é preciso valorizar o trabalho concreto, aquele que tem como resultados valores de uso. “Neste caso, não se trata de acrescentar valor, como indicam aquelas expressões de uso corrente no agronegócio. Trata-se de *desvelar valor*: revelar o trabalho e a cultura, a ação e reflexão humana no processo de produção de sua existência” (VALENTE, 2005, p.67).

Valente (2005) explica que *desvelar valor* é “tirar o véu e dar a conhecer a história e a cultura daqueles que os produziram, em sua dimensão singular e universal” (VALENTE, 2005, p.67). Isso porque o processo cultural é inseparável da

---

<sup>22</sup> Correspondem aos objetivos do Programa de Inserção de C&T na Agricultura Familiar e em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária/CNPq/ Agronegócio.

condição social humana; por se transformar ao longo do tempo, é histórico; e também, por ser comum a todos, é universal. Além disso, a cultura constitui um processo no qual os homens orientam e dão significado às suas ações por meio da manipulação simbólica: “Desse modo, a análise de fenômenos culturais é a análise do processo de reorganização desses significados, ao mesmo tempo condição e produto da prática social” (VALENTE, 2005, p. 67).

Com isso, as atividades não agrícolas e as novas atividades agropecuárias podem ser pensadas a partir de outros pressupostos. Este conceito incorpora o potencial de geração de ocupação e renda das atividades não agrícolas existentes, principalmente em pequenas propriedades e na agricultura familiar. Estas atividades são ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços. Esse processo faz ressurgir informações que foram passadas de geração em geração e que ainda estão preservadas por sua população. Dessa forma, essas informações são permanentemente reconstruídas com base no presente (GIDDENS, 1997).

### Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, J. A. M. A construção do espaço na Chapada dos Veadeiros. Em: DUARTE, L (org). **Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- ASSAD, E. D.; EVANGELISTA, B. A.; SILVA, F. A. M. da; CUNHA, S. A. R. da; ALVES, E. R.; LOPES, T. S. de S. **Zoneamento climático da cultura do café (Coffea arabica) no cerrado brasileiro**. Brasília: Embrapa Cerrados/Funcafé, 2000. 128p.
- ATTUCH, I. M. **Conhecimentos tradicionais do Cerrado: Sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira**. Brasília: ICS/Universidade de Brasília, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.
- BALIBAR, Etienne. Y a-t-il un “néo-racisme”? In: BALIBAR; WALLERSTEIN(dir.). *Race, nation, classe - Les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1990. p.27-41.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Ph.; STREFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. pp. 187-227.
- BRASIL. Ministério da Educação(MEC), Secretaria de Ensino Fundamental (SEF). *Uma História do Povo Kalunga*,2000.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D70492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D70492.htm)>. Acesso em: 03 jan de 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D86173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86173.htm)>. Acesso em: 03 jan de 2008b.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 86.596, de 17 de novembro de 1981**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D86596.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86596.htm)>. Acesso em: 03 jan de 2008c.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990.** Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D99274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99274.htm)>. Acesso em: 04 jan de 2008d.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.942, de 27 de setembro de 2001.** Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3942.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3942.htm)>. Acesso em: 04 jan de 2008e.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm)>. Acesso em: 24 mar de 2009a.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 303, de 20 de março de 2002.** Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>. Acesso em: 24 mar de 2009b.

BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M. de; BÁNKUTI, F. I. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (org.) **Gestão integrada da agricultura familiar.** São Carlos: EdUFSCar, 2005.

CAMPOS, C. E. **Mistérios da Chapada dos Veadeiros e alguns problemas brasileiros.** Goiânia: Kelps, 2002.

CARVALHO, G. L. **Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental/cultural: desafios e possibilidades do turismo no nordeste goiano.** Curitiba: Anais do ENTBL 2004.

COUTINHO, E. G. Os sentidos da tradição. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (orgs.) **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, 2005.

CRUZ, K. C. M. dos S. **A cachoeira do Poço Encantado: empreendimento familiar e presença kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás.** Brasília: Universidade de Brasília, 2005. (Dissertação de Mestrado)

FUNES, E. A. **Goiás 1800-1850: Um período de transição de mineração à agropecuária.** Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1986.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: ULRICH, Beck; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. *Terra de Pretos, terras de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro.* Brasília: MINC/Fundação Palmares, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, E. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: 2006. Disponível em <[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)> Acesso em: 08 nov de 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 29 set de 2006.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás.** Goiânia: Ed. da UCG. 5ª ed. 1989.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V. 18. n. 51 p. 99-121. fev 2003a.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

- \_\_\_\_\_. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO FILHO, F. B. (org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – contribuições ao debate**. Brasília: Universidade de Brasília. Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. V.5, n.17, 2005. p. 23-42.
- SILVA, C. B. da. Chapada dos Veadeiros: uma utopia em construção ou um novo discurso para velhas práticas? Em: DUARTE, L (org). **Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista de Estudos Avançados** 15 (43), 2001. p. 37-50.
- UDRY, M. C. F. V. **Saúde e uso da biodiversidade: caminhos para a incorporação do conhecimento tradicional na política de saúde pública**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. (Tese de Doutorado)
- VALENTE, A. L. E. F. Estado, educação e etnicidade: a experiência belga. **Cadernos de Pesquisa**, nº 105, Fundação Carlos Chagas, nov. 1998, p.135-159.
- \_\_\_\_\_. **Educação e diversidade cultural** - um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna, 1999.
- \_\_\_\_\_. Educação na Bélgica e tendências globais: os novos braços do Estado seriam as ONG's? In : FERREIRA, Márcia Ondina Vieira ; GUGLIANO, Alfredo (orgs.) **Fragmentos da globalização na educação: uma perspectiva comparada**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000, pp. 111-127.
- \_\_\_\_\_. Agricultura familiar e recorte racial: desafio teórico e sócio-político no meio rural. **Cadernos do CEAM**, nº 17, UnB, 2005, p. 117-129.
- \_\_\_\_\_. Desvelar valor: contribuição conceitual ao agronegócio. **Cadernos do CEAM**. v.5 nº 21, 2005, p. 63-70.
- WANDELEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar. Realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.